


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 14

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA EM MANAUS

Data de aceite: 01/03/2021

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Universidade Veiga de Almeida
Manaus-AM

Janaina Zildeia da Silva Paiva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCA/UFAM
Manaus-AM

Apresentado e publicado em sua primeira versão nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistência Social – CBAS realizado no período de 30/10 a 03/11/2019 em Brasília -DF.

RESUMO: Este artigo busca demonstrar a atuação da sociedade civil para diminuir a ampliação da questão social brasileira, a partir da expansão migratória venezuelana em Manaus. E como a crise migratória tem repercutido nas políticas públicas nas áreas da saúde, educação, assistência social e trabalho. E como a redução orçamentária adotada pelo Estado tem impactos significativos nessa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Migração. Políticas Públicas. Sociedade Civil.

CIVIL SOCIETY RESPONSE TO THE VENEZUELAN MIGRATION SITUATION IN MANAUS

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate

the role of civil society in reducing the expansion of the Brazilian social issue, as a result of the Venezuelan migratory expansion in Manaus. And how the migratory crisis has impacted on public policies in the areas of health, education, social assistance and work. And since the budget reduction adopted by the State has significant impacts on this reality.

KEYWORDS: Social Issues. Migration. Public Policy. Civil Society.

INTRODUÇÃO

O presente artigo evidencia como a questão social no Brasil tem se agravado ainda mais, em virtude da redução dos recursos nas principais políticas públicas, como saúde, assistência social, educação e trabalho. Bem como, com a intensificação da migração venezuelana no País, precisamente na Região Norte, mais especificamente na cidade de Manaus tem alterado o contexto social e econômico dessa capital.

No modo de produção capitalista, as inúmeras expressões da questão social, decorrem da relação direta entre capital e trabalho, o que tem ocasionado um grande impacto no contexto mundial, principalmente em virtude da globalização, contribuindo para as desigualdades sociais. E para reduzir os danos causados pelo capitalismo, o Estado faz uso das políticas públicas como forma de minimizar os efeitos decorrentes da questão social. E

diante dessa realidade brasileira, nos deparamos com a migração venezuelana, a qual tem impactado ainda mais as nossas políticas públicas, pois,

A Venezuela está passando por uma grave crise econômica e política que tem sido reconhecida internacionalmente como uma crise humanitária. De acordo com a Resolução 2/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a situação é nitidamente grave (CIDH, 2018). Os venezuelanos vêm experimentando uma generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos seus direitos fundamentais. Faltam alimentos, remédios e atendimento de saúde. A hiperinflação diminui drasticamente o poder de compra da população (MILESI, 2018, p.61).

Para fugir dessa crise essa população vem ao Brasil em busca de uma melhor qualidade de vida, porém com a demanda crescente da migração o País vem demonstrando que não tem estrutura suficiente e mecanismo para acolher os imigrantes e os refugiados, os quais ficam, na maioria das vezes, a cargo da sociedade civil e dos organismos internacionais.

Todavia o Brasil é membro participativo de vários tratados, como os documentos nacionais e internacionais relativos ao tema dos refugiados e dos apátridas¹: a Lei nº 9.474/97, as Resoluções do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967, as Declarações de Cartagena de 1984 e de São José 1994, a Declaração e o Plano de Ação do México para fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, a Convenção de 1954 relativo ao estatuto dos apátridas e a Convenção para a Redução dos Casos de Apátridas de 1961, que são instrumentos valiosos e sólidos, voltados a oferecer soluções concretas em favor daqueles/as que se veem forçados a abandonar os seus lares, sua pátria, para reconstruir sua vida em outros espaços, em terra estrangeira.

O Estado brasileiro ao adotar as políticas neoliberais do Estado Mínimo, com a redução de recursos financeiros para o setor social, isso tem refletido diretamente na qualidade e quantidade dos serviços públicos ofertados pelas políticas públicas no país, o que tem causado um grande impacto no cotidiano do povo brasileiro, os quais necessitam desses serviços para sua sobrevivência. Logo, esse contexto causa um impacto relevante na atuação desses profissionais que atuam diretamente com as políticas sociais, como,

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. (IAMAMOTO, 2006 p. 28).

Frente a ineficiência do estado brasileiro em suprir as necessidades da demanda venezuelana por meio das políticas públicas, tem potencializado os rebatimentos da

¹ Apátridas são todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacional, seja porque não há um consenso sobre qual Estado deve reconhecer a cidadania dessas pessoas. Estima-se que em todo o mundo existam 12 milhões de apátridas.

expressão da questão social, como mendicância, exploração do trabalho e sexual, tráfico de pessoas para trabalho escravo, exploração do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, uso de álcool e outras drogas, violência de gênero, população da LGBTI² em risco, praticando prostituição para se manter o que o torna mais vulnerável para a violência que acomete esse público, bem como o envolvimento com o tráfico de drogas.

A população venezuelana não tem conseguido facilmente a inserção ao mercado de trabalho, mesmo para aqueles que possuem titulação de nível superior, e os de menor grau de instrução encontram ainda mais dificuldades. Eles têm trabalhado vendendo água, lanche, brinquedos, nas ruas da capital Manaus, todavia o que ganha só é suficiente para pagar um aluguel em condições insalubres, sacrificando assim a alimentação, a qual é suprida por meio de doação de sopa das instituições religiosas, ou buscam nos lixos no entorno das feiras populares da cidade.

Desse modo, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e ligada à Cáritas Brasileira, é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha com povos e comunidades tradicionais; mulheres e equidade de gênero; infância, adolescência e juventude; migração e refúgio; mudanças climáticas e gestão de riscos; convivência com os Biomas; economia popular solidária; segurança alimentar; mundo urbano; gestão de resíduos sólidos, com ênfase em catadores/as; voluntariado e formação. E tem como Diretrizes gerais a construção solidária, sustentável e territorial de um projeto popular de sociedade democrática e de direitos.

O trabalho realizado pela Cáritas de Manaus em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com os solicitantes de refúgio e refugiados, é intitulado, Projeto Resposta a Emergência – atendimento dos solicitantes de Refúgio e Refugiados, é amparado pela legislação de acordo com a Lei nº. 9.474 de 1997, de 22 de Julho de 1997, a Cáritas de Manaus, realiza esse trabalho com a migração venezuelana desde 2018.

Em relação ao procedimento da condição de refugiado no artigo 1º da Lei Nº 9.474/97, descreve os critérios de elegibilidade³ para uma pessoa ser reconhecido como refugiado no Brasil todo indivíduo que:

- I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar

² Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, as pessoas intersexuais.

³ Elegibilidade: São os critérios para uma pessoa ser conhecida como refugiada no Brasil.

seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Já no Art. 2º da referida lei, ela nos traz que, os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

Assim, vale destacar que toda a questão relativa aos refugiados é baseada a partir de vários documentos nacionais e internacionais. Cabendo então, ao Brasil suprir minimamente com dignidade a estadia dessa demanda no país. E será por meio do acesso as políticas públicas que esses refugiados podem acessar alguns serviços, todavia em virtude da realidade socioeconômica pela qual o Brasil enfrenta atualmente, tem havido grande dificuldade para ofertar esses serviços com eficiência, o que evidencia as inúmeras expressões da questão social brasileira e agora venezuelana em nosso território.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil tem presenciado um aumento dramático no total de pedidos de refúgio nos últimos anos e, ainda assim, estrangeiros figuram apenas como 0,8% da população total, que é acima de 200 milhões de pessoas. Até o final de 2016, o Brasil reconheceu um total de 9.552 refugiados de 82 nacionalidades. Nos últimos anos, existe um aumento na chegada de solicitantes de refúgio na cidade de Manaus. Dentre as novas chegadas, observa-se um aumento de refugiados nacionais da Síria, Cuba, e alguns países da África que solicitam a condição de refugiado, mas principalmente, um aumento expressivo na chegada de nacionais da Venezuela, segundo dados da Polícia Federal.

Os (as) refugiados (as) que chegam a esta cidade geralmente perderam tudo no seu país de origem ou durante o trajeto até ao Brasil, sendo que grande parte precisa de apoio para suprir suas necessidades básicas e ainda encontra diversos obstáculos no processo de integração local. Um dos principais problemas que dificultam a integração dos (as) refugiados (as) em áreas urbanas é a falta de acesso ao primeiro albergamento e habitação segura, bem como a oportunidade de emprego e de geração de renda.

Uma grande parte dos solicitantes de refúgios venezuelanos encontram-se no centro da cidade, em lugares insalubres e onde o manauara não quer mais habitar, por ser locais perigosos e tomados pelo tráfico de drogas e prostituição. No centro de Manaus na Avenida Joaquim Nabuco, existe um prédio em que a maioria dos moradores são venezuelanos. Esse prédio já foi fechado várias vezes por não apresentar segurança aos moradores, mas logo o proprietário volta a alugar novamente.

As barreiras linguísticas tornam ainda mais difíceis a entrada no mercado de trabalho e o acesso aos serviços públicos. A maioria desta população de venezuelanos que chegaram a Manaus buscam oportunidades de trabalho, contudo muitos não conseguem de imediato se inserir no mercado formal. As famílias monoparental sofrem dificuldades

maiores neste sentido, pois não existem vagas nas creches municipais, devido ao pouco investimento por parte do governo municipal nesse seguimento. Cada vez mais percebe-se um grande número de mulheres venezuelanas desacompanhadas com crianças, por isso é imprescindível o investimento na educação na primeira infância, e também imigrantes e refugiados sem trabalho, o que os coloca em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas, terão acesso por meio do projeto da instituição em parceria com o ACNUR, um apoio que é fundamental para auxiliar esta população na primeira acolhida, recepção na chegada, que são as informações básicas sobre todos os serviços disponibilizados pela instituição, como o acesso ao abrigo temporário nas casas de passagens que são parceiras da Cáritas, oferta do ensino da Língua Portuguesa, orientações e encaminhamento para a regularização dos documentos, oportunizar a qualificação e ingresso no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação e apoio na integração na comunidade local. Bem como, informação, orientação e encaminhamentos para os serviços públicos que compõem a rede pública por meio das políticas públicas.

A população beneficiária do projeto é composta por nacionais da Venezuela, recém-chegados à cidade de Manaus. Desde o início do ano de 2017 observa-se um aumento no número de chegadas e um aumento na demanda, os quais buscam por assistência para a moradia, alimentação e também recebem informação de como acessar as políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Os casos que relatam serem soropositivos são orientados a buscar atendimento, e de forma célere para que possam receber os retrovirais nos hospitais de referência que atende essa população. Pois, existem relatos de vários solicitantes de refúgio venezuelano que deixaram o País de origem por não conseguirem os retrovirais, e se não tivessem saído em busca de auxílio provavelmente já teriam morrido. Os solicitantes de refúgio e refugiados que vivem com Vírus da imunodeficiência humana (HIV) é o vírus responsável por causar a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), após orientações e encaminhamentos, regressam à Cáritas para contar a sua experiência, e relatam estarem contentes por receberem o atendimento médico no SUS, e principalmente por não pagarem nada pela medicação. O que para alguns é a esperança de não virem a óbito como os seus pais, que infelizmente não tiveram a oportunidade de acesso na Venezuela.

Os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas de Manaus recebem também orientações das assistentes sociais, principalmente no que diz respeito ao acesso da política pública da assistência social. Esclarecendo como fazer o Cadastro Único – CadÚnico no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quais os documentos que são necessários para se inscrever nesta política, assim como o endereço e o ônibus que passam próximo ao local.

Alguns solicitantes de refúgio relatam que já recebiam o benefício do Programa

Bolsa Família (PBF), mas que o auxílio foi desligado. Em busca de informações, eles retornaram ao CRAS para saber o que tinha acontecido e foram informados que o governo federal cortou a verba para o programa, e que esses cortes foram para brasileiros e chegou também aos estrangeiros. A informação dada no CRAS sobre o motivo do desligamento é que muitos brasileiros tiveram os seus benefícios cortados em decorrência da crise econômica da qual o País está passando, e que se cortaram os benefícios dos brasileiros, os estrangeiros também sofrerão com os cortes.

Percebe-se que o corte de recurso na assistência social atingiu essa população que vive em situação de vulnerabilidade social, dentre os quais se encontram famílias monoparentais, os desempregados, os idosos, as pessoas com deficiência, mulheres grávidas e sem rede familiar de apoio e que já recebiam o bolsa família e que foram desligados do programa.

DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI AOS REFUGIADOS

A Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997 traz em seus artigos, o que podem os refugiados acessarem em nosso país:

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares;

Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

Segundo o § 1º do artigo 21 o solicitante de refúgio com o protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País, no entanto existe a dificuldade de acessar a carteira de trabalho, pois em Manaus tem levado em média 2 meses para o solicitante de refúgio conseguir tirar o documento, em decorrência das poucas vagas disponíveis diariamente no site do antigo Ministério do Trabalho.

Com o protocolo de solicitação de refúgio este tem o direito de tirar o Cadastro de Pessoa Física – CPF e ter acesso a Carteira de Nacional de Habilitação – CNH e as políticas públicas de saúde, educação, trabalho, assistência social e a partir do momento em que conseguem emprego com a carteira assinada tem os mesmos direitos e deveres iguais aos nacionais.

Todavia, não tem sido tão fácil o acesso das crianças na escola sem a documentação exigida pelas instituições escolares, nem há uma facilidade na revalidação dos diplomas de nível superior e da CNH, pois se exigem documentações juramentadas (traduzidas) e o pagamento de inúmeras taxas, vale ressaltar que essa demanda mal consegue suprir

a alimentação e moradia, como irá dispor de recursos financeiros para o pagamento das taxas exigidas para tal aquisição.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO MIGRAÇÃO DA CÁRITAS DE MANAUS

O Serviço Social tem como norte a socialização da informação para os solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas Arquidiocesana de Manaus, pois em sua maioria, estes, não tem conhecimento de como funciona a política pública brasileira de educação, saúde, assistência social e trabalho.

Eles também não sabem como podem fazer para ter acesso a essas políticas e diante desta realidade são realizadas rodas de conversas com diversas temáticas, dentre elas Legislação Trabalhista, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que tem como finalidade aborda os Direitos da Criança e do Adolescente, Palestra sobre prevenção a exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Palestra sobre a prevenção ao trabalho análogo a escravidão, Política de Assistência Social abordando o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que no Estatuto do Idoso - Lei 10741/2003, de 1º de outubro de 2003, em seu Art. 34, que aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos e a pessoa com deficiência de qualquer idade que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Além desses direitos são abordados temas nas palestras como os Direitos e Deveres dos Solicitantes de Refúgio e Refugiados no Brasil, Saúde da Mulher e do homem, do idoso e da criança e do adolescente, (Diabetes e Hipertensão Arterial, Planejamento Familiar, Prevenção ao uso de álcool e outras Drogas, Saúde psicológica, Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTI/AIDS, importância da vacinação na Criança e teste rápido, Educação alimentar infantil, métodos contraceptivos), Violência Doméstica, Empreendedorismo, Educação pública no Brasil e prevenção contra quedas para a população idosa, dentre outros.

Para realizar essas atividades o Serviço Social conta com o apoio de vários parceiros, como a Rede Um Grito pela Vida, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Universidade Nilton Lins, UNINORTE - Laureate International Universities (LIU), Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Conselheiros Tutelares, dentre outros parceiros.

O Serviço Social realiza atendimentos, os quais possibilitam identificar as situações vivenciadas pelos solicitantes de refúgio que buscam atendimento na Cáritas. Todos os casos atendidos passam por entrevista social, orientações e encaminhamentos à rede de serviços públicos para acesso as políticas públicas. E há também a elaboração de Parecer Social para os casos que podem receber um auxílio subsistência ou transferência de renda.

São elaboradas fichas de acompanhamento de cada caso atendido, as assistentes sociais do projeto realizam visitas domiciliares e institucionais, além de encaminhamento ao setor de Proteção Legal da Cáritas para que os casos de violação de direitos sejam direcionamentos pela advogada do projeto.

Há o referenciamento aos serviços socioassistenciais da cidade e as políticas públicas, bem como o acompanhamento dos casos vulneráveis, além de encaminhamentos para os CRAS; UBS, instituições que realizam atendimento as crianças autistas, Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, abrigo público quando existe vaga e para as escolas públicas. E existe a possibilidade da concessão de alguns auxílios financeiros pelo projeto de forma pontual e, em casos específicos.

Na cidade de Manaus a temática do refúgio ainda é pouco conhecida e dessa maneira as assistentes sociais e a coordenadora do projeto, são convidadas para debater o tema nas faculdades para uma melhor divulgação aos alunos e a sociedade em geral, procurara-se abordar essa temática para diminuir a xenofobia, pois a falta de conhecimento da Lei da Migração Nº 13.445 de 24 de maio de 2017 e da temática do refúgio a Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997, traz ideias equivocadas.

E por desconhecimento acreditam que os solicitantes de refúgio não têm direito de acessar as políticas públicas, porém o Brasil ao ter assinado tratados internacionais assegura direitos aos migrantes e refugiados em territorial nacional, mas em decorrência do aumento da demanda ficou evidente o pouco investimento desta área e as falhas para o acesso nessas políticas públicas do Brasil são evidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas buscam evidenciar os desafios enfrentados pelos solicitantes de refúgio e refugiados que vem ao Brasil em busca de proteção.

As dificuldades são evidenciadas logo na chegada como a falta de abrigo público, a dificuldade em dominar o idioma, exploração do trabalho, exploração sexual, dificuldade em conseguir os documentos juntos aos órgãos públicos, como a carteira de trabalho que não é disponibilizada em número suficiente para cobrir a demanda, que busca esse documento e a xenofobia que cresce assim como vem crescendo o número de solicitantes de refúgio que ingressam no território brasileiro.

A grande parte da demanda trazida por solicitantes de refúgio deve ser respondida pelo estado brasileiro na perspectiva de direitos e de cidadania orientada pela Lei nº. 9.474/97, ressaltando sua contribuição ao desenvolvimento progressivo do direito internacional de refugiados na América Latina.

O acolhimento realizado pelo estado brasileiro precisa melhorar consideravelmente e responder as demandas dessa população, respeitando os direitos humanos. E não deixar para a sociedade civil toda a responsabilidade no atendimento a essa população que vem

aumentando nos últimos tempos, em virtude dos conflitos que vem se intensificando nos últimos anos.

Os solicitantes de refúgio e refugiados diferem do migrante comum, pois o refugiado pode ter passado por violência em seu País de origem e não veio ao Brasil por escolha e sim por necessidade e para que continuasse vivo.

Desse modo, o governo brasileiro deve buscar mecanismos de participação política dos refugiados e esforçar-se para conseguir instrumentos e soluções duradouras para diminuir a disparidade entre direito e a realidade vivida diariamente por essa população. E pelo fato de que eles não são eleitores em potencial, muitas vezes não são vistos como pessoas que merecem uma atenção maior do Estado, o qual deve oportunizar soluções duradouras e seus direitos devem ser assegurados pelo Direito Internacional no qual essas pessoas são protegidas e o Brasil é signatário.

Dessa forma, a Cáritas de Manaus, enquanto organização da sociedade civil, tem realizado o seu papel de atenuar e auxiliar as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em virtude de sua missão e seus princípios de instituição de cunho religioso. Tem realizado um trabalho de excelência diante desse contexto tão desafiador que é a migração venezuelana, principalmente diante desse quantitativo tão expressivo, e que o país não está preparado para tal contexto. E o Serviço Social, que teve sua origem no contexto católico, não teria como ficar a parte dessa realidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, 1. ed. – Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

BRASIL. Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 14/03/2019.

_____. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em: 10/02/2019.

MILESI, Rosita; COURRY, Paula; ROVERY, Júlia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 13, n. 13 (2018). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

Direitos Humanos – Periódicos 2. Migrações – Periódicos 3. Refugiados – Periódicos.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (org.). **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceitualização 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021